

POR DENTRO DE UMA ESCOLA PÚBLICA CAMPESINA EM TEMPOS DE RESISTÊNCIAS: A ESCOLA DO XURÍ

Eduardo Carlos Souza Cunha[1]

Erineu Foerste[2]

Círculo de Saber: Políticas Educacionais e Educação do Campo

Resumo: O estudo tem como objetivo compreender como os sujeitos da Unidade Municipal de Ensino Fundamental Reverendo Waldomiro Martins Ferreira, conhecida como escola do Xurí, localizada na zona rural de Vila Velha/ES, dialogam com os pressupostos da Educação do Campo. Fundamentado em autores como Caldart (2011), Freire (2005) e Giroux (1986), adotamos uma abordagem qualitativa por meio de estudo de caso com traços etnográficos, utilizando instrumentos metodológicos como observações, questionários, entrevistas e análise documental. Os resultados apontaram para a ausência de políticas públicas e práticas pedagógicas que reconheçam o território campesino e suas especificidades, evidenciando um distanciamento entre o Projeto Político Pedagógico da escola e a realidade do Campo. Apesar disso, identifica-se um núcleo de resistência formado por sujeitos que lutam pela afirmação de uma educação contextualizada, enraizada nas culturas e saberes do campo. O estudo conclui que a escola do Xurí encontra-se em um processo contraditório, marcado pela invisibilidade institucional da territorialidade campesina, mas também por práticas de resistência que reafirmam a luta por uma educação libertadora e significativa para os povos do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Territorialidade; Resistência.

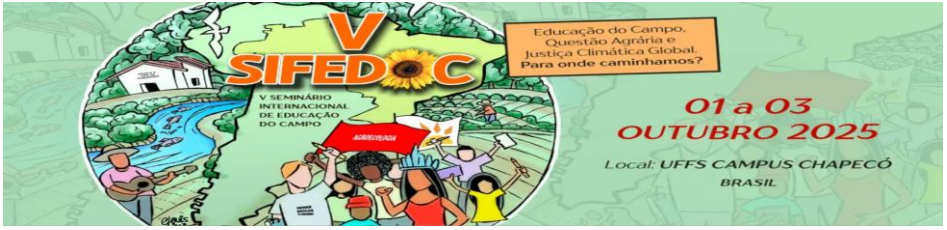
Introdução

A intitulação deste estudo faz alusão ao livro de Paro (2000) “Por dentro da escola pública” onde o autor tem por propósito mostrar o interior de uma escola pública, a sua estrutura, a sua organização e o seu funcionamento, tendo como objetivo, segundo o próprio autor, minorar a carência de estudos que abordam a realidade do ensino público brasileiro, concorrendo para elucidar sua prática e servindo ao diálogo para aqueles que de forma cotidiana fazem a educação pública brasileira. Desta maneira, revela uma realidade complexa e multifacetada, analisando as atividades, as relações e as práticas que se processam no interior da escola pública.

No bojo deste estudo, está a Unidade Municipal de Ensino Fundamental (UMEF) Reverendo Waldomiro Martins Ferreira, a escola do Xurí, localizada na zona rural do

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: eduardo.cunha@ifsc.edu.br

[2] Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: erineu.foerste@ufes.br



Município de Vila Velha - ES. Segundo a lei orgânica municipal nº 4707/2008, o município foi dividido em 5 regiões administrativas, porém, os bairros que compreendem a zona rural não estão enquadrados pela municipalidade em sua área administrativa, o que nos traz como forte hipótese, a desvalorização e invisibilidade do território campesino em relação às suas demandas, necessidades e peculiaridades sociais, culturais, políticas e econômicas.

Apesar de 53% da área territorial do município ser território campesino, ainda presenciamos uma invisibilidade desse espaço em relação ao espaço urbano com a ausência de políticas públicas que reconheçam esse espaço como lugar de especificidades e demandas próprias.

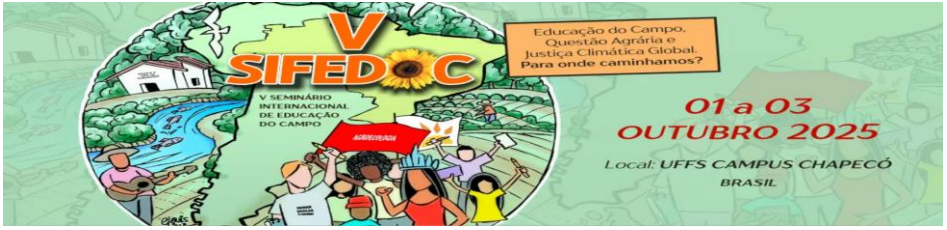
No contexto da escola do Xuri, tensionamos algumas questões: Que discurso sobre educação campesina se encontra no cotidiano de uma escola situada na zona rural? Existem práticas educativas voltadas para a Educação do Campo? O Projeto Político Pedagógico (PPP) traz uma abordagem voltada para as práticas da Educação do Campo?

A partir desses tensionamentos consideramos o seguinte problema de investigação: Como os sujeitos da escola do Xurí dialogam com a Educação do Campo? Assim. o objetivo deste estudo foi investigar e compreender como os sujeitos da escola do Xurí estabelecem diálogos e significações com as premissas da Educação do Campo.

Os percursos metodológicos

A metodologia adotada neste estudo, fez-se por meio de estudo de caso com traços etnográficos, Segundo Lüdke e André (1986), os estudos de caso buscam se constituir em um retrato da realidade estudada de forma completa e profunda, onde o pesquisador busca a revelação de uma multiplicidade dimensional de uma situação ou problema. A priori, consideramos como sujeitos deste estudo, os docentes da escola do Xurí.

Buscamos problematizar a escola em seu interior a partir das possíveis práticas pedagógicas que potencializam o processo de ensino e aprendizagem firmado na espacialidade e na temporalidade que caracterizam o território e uma educação campesina. Neste caso, a escola foi observada por dentro, a partir das suas



características, necessidades, memórias, imagens, práticas, especificidades e a cultura escolar operadas no seu cotidiano.

O processo de investigação consistiu em três eixos de trabalho com a aplicação de diferentes instrumentos metodológicos: o primeiro eixo foi a observação, constituída de uma observação *in loco* e com a utilização de um instrumento denominado pelo pesquisador de diário de bordo reflexivo, onde foram feitas anotações das observações e que no mesmo instante foram refletidas e ponderadas, trazendo assim, uma percepção imediata sob o prisma do pesquisador. O segundo eixo de trabalho consistiu na aplicação de questionário aos docentes com a participação de 20 respondentes e na realização de entrevistas com a participação de 4 entrevistados e a realização de um grupo focal dos mais diversos sujeitos e funções dentro e fora do espaço escolar estudado. Já o terceiro eixo se baseou no levantamento bibliográfico e documental, com o objetivo de trazer uma contextualização e tratamento das informações coletadas nos dos eixos supracitados.

Caracterização geográfica e econômica da região do Xuri

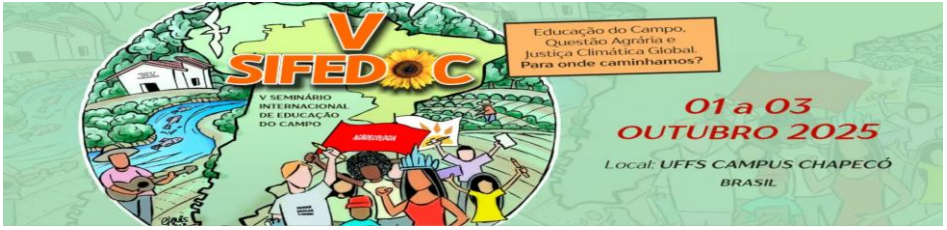
Segundo o site da prefeitura municipal de Vila Velha, aproximadamente 53% de toda a extensão territorial do município de Vila Velha, compreende-se em território campesino e neste sentido, a maior parte da população é urbana constituindo quase 100% da população. Como podemos verificar na tabela abaixo:

Quadro 1 – Distribuição da população rural e urbana - Vila Velha/ES

Estimativa de população	População Total	População Urbana	População Rural
Censo IBGE/2010	414.586	412.575	2.011

Fonte: Censo Demográfico/2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A zona rural de Vila Velha compreende 508 propriedades rurais com atividades econômicas como a pecuária leiteira e de corte, a silvicultura, turismo rural, pesca e as culturas de produtos agrícolas como: cana-de-açúcar, coco, milho, feijão e maracujá.



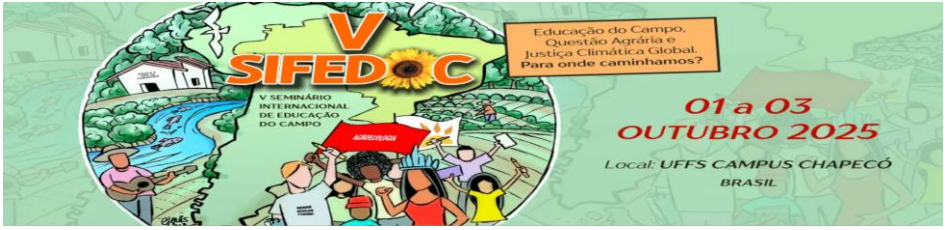
Nesse sentido, torna-se urgente, a criação de políticas públicas que atendam essa população campesina, através do reconhecimento de suas particularidades, modos de vida e de cultura, garantindo uma educação verdadeiramente campesina.

Por dentro da escola do Xurí: o que dizem os dados, o projeto político pedagógico e as narrativas?

As idas a campo evidenciaram problemas que dificultaram o processo de apropriação e de efetivação de uma Educação do Campo na escola do Xurí, De acordo com a legislação vigente, a mesma encontra-se em território campesino e apresenta especificidades que devem ser reconhecidas e contempladas pelos governos em âmbito Federal, Estadual e Municipal nos currículos e no Plano de Desenvolvimento da Educação.

Algumas questões foram notadas em momentos de observação e de análise preliminar dos dados coletados por meio de entrevistas e questionários e de diálogos realizados, dentre os quais podemos destacar:

- O fato da escola do Xúri ser de Tempo Integral, o que segundo alguns professores dificulta a localização dos profissionais em outras unidades de ensino, forçando-os a um regime de dedicação exclusiva. Ressaltamos que esta questão, atinge principalmente os professores estatutários do quadro efetivo que atuam de 6º ao 9º ano e cuja permanência na escola ocorre em caráter obrigatório e de forma integral de acordo com as determinações da SEMED/Vila Velha (Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha – ES).
- O não reconhecimento da escola do Xúri enquanto escola do Campo pelo município e SEMED/Vila Velha, mesmo estando situada em território rural.
- A ausência de uma organização escolar, espacial e curricular voltadas para uma Educação no/do/com o Campo e firmada na formação, emancipação e valorização da Cultura Campesina.
- Valorização da territorialidade urbana em detrimento da territorialidade rural, o que determina também uma valorização da cultura urbana em detrimento dos aspectos importantes e significativos da cultura local.



Segundo as observações e a escuta de relatos informais dos professores, não se faz Educação do Campo em Xúri. Isso fica evidente na ausência de uma valorização dos pressupostos, espaços e tempos da territorialidade campesina. Caldart (2011) nos corrobora com esta afirmação dizendo que:

> Os sujeitos da educação do Campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo; sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária: sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo [...] (p. 152)

Sob a ótica geográfica, verificamos a ausência de elementos urbanos e o predomínio de uma paisagem composta por elementos rurais. Consideramos então, que, se nos questionários dos respondentes, mais de 85% dos docentes relatam que a escola encontra-se em território campesino, é obstante, que haja políticas voltadas para o atendimento a uma Educação referendada nos pressupostos de tal território.

O artigo 28 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) trata exclusivamente da Educação do Campo, e preconiza que na oferta da educação para a população situada na zona rural, os sistemas de ensino deverão promover as adequações necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região.

> Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
> **I** - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; (Redação dada pela Lei nº 14.767, de 2023)
> **II** - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> **III** - adequação à natureza do trabalho na zona rural.
> **Parágrafo único**. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

O texto do artigo 28 deixa claro que a educação para a população rural deverá ser ofertada e adaptada às peculiaridades deste território. A Educação do Campo é um

direito e deve ser referendada através de políticas públicas, observando a participação dos sujeitos do Campo. Nessa linha de pensamento, Caldart (2011) nos diz que:

> Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem. A afirmação deste traço que vem desenhando nossa identidade é especialmente importante se levarmos em conta que, na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico, isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeita-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos. (p. 151)

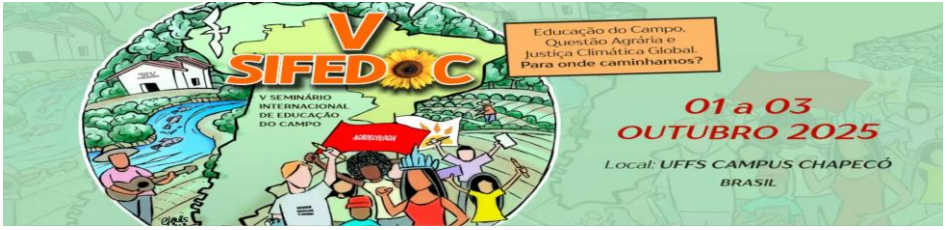
Constatamos um cenário que não corresponde com a realidade observada no interior da escola, onde percebemos a ausência de discussões, práticas e ações voltadas para a efetivação de uma Educação do Campo. Percebemos assim, uma clara divergência entre o cenário observado através dos questionários em relação às falas, aos depoimentos e as observações e a realidade observada na escola do Xúri.

Por meio de determinações impositórias e sem qualquer justificativa, apontamos uma tentativa de invisibilidade do território campesino no município de Vila Velha e em efeito cascata, a escola do Campo e por consequência a ausência de políticas públicas voltadas para a Educação do Campo.

Na análise do PPP da escola do Xúri verificamos uma clara tentativa de apagamento dos espaços e tempos campesinos, indo contra os contextos históricos e geográficos que indicam as características do território campesino. O PPP da escola do Xúri encontra-se totalmente descolado de uma realidade campesina; presente nas paisagens, nas culturas e nos espaços. Assim, ao analisar o PPP da escola do Xúri, fazemos os seguintes apontamentos:

Notou-se uma falta de conhecimento do que seja uma Educação do Campo referendada nos princípios da autonomia e da libertação aos ditames de um modelo neoliberal firmado em sucessivas tentativas de apagamento das culturas e da invisibilização e ignorância de práticas educacionais campesinas.

Cabe dizer ainda que o PPP analisado, em nenhum momento, traz a expressão “Educação do Campo”, Informação esta que se contradiz aos resultados dos questionários, onde mais de 70% dos docentes afirmaram conhecer o PPP e que este



tem sido discutido coletivamente e implementado com a participação de toda comunidade escolar em reuniões e momentos de planejamento. Ainda assim, percebemos a ausência de relatos de tais momentos coletivos no documento norteador da escola, o que nos leva a ponderar acerca da ausência desses momentos, Na escola do Xúri apesar dos esforços realizados não se estabeleceu entre os docentes e a gestão da escola, um pensamento de autonomia e de reconhecimento e valorização do território campesino. Polyanna Simmer, pedagoga na escola do Xurí, nos traz um contributo neste entendimento.

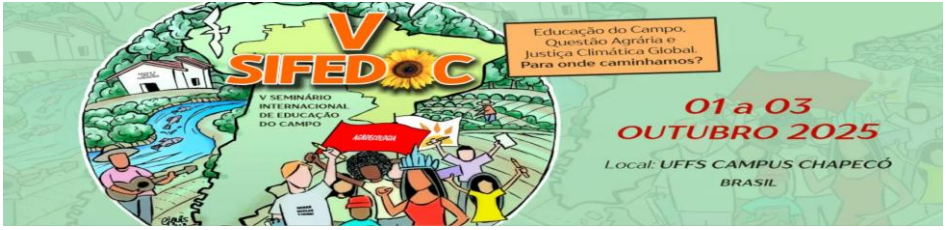
> Mas eles (os professores e a gestão da escola do Xurí) não entendem totalmente o que é Educação do Campo, [...} Educação do Campo para eles é plantar horta, [...] é possível ter (uma horta) no Ulisses Álvares, no Marina Barcellos que são escolas completamente urbanizadas. Educação do Campo é praticamente um estado de ser. [..] nas tarefas, nas atitudes, na ideologia, nas posturas desde a hora que você acorda até a hora que você vai dormir. Uma escola pode ser do Campo sem ter uma horta. Não precisa ter uma horta para garantir que seja Educação do Campo. (Entrevista concedida em 29/01/2019)

A fala da pedagoga Polyanna Simmer nos remete a condição das escolas públicas campesinas no cenário político e social, caracterizado pelo cerceamento de direitos, pela estigmatização do território campesino, pela desconsideração das especificidades e demandas do Campo, pela desvalorização das Culturas, das identidades, da ancestralidade e das memórias. A Educação do Campo tem o seu devido lugar, e seu reconhecimento está na importância das relações sociais que se processam a partir da terra.

Debruçando-nos sobre as narrativas compreendemos que a Educação do Campo na escola do Xúri ainda resiste na luta de alguns sujeitos que passaram, passam e passarão pelos espaços e tempos desta escola. As determinações de caráter vertical nunca serão capazes de apagar o que já foi feito e tensionado.

Uma escola pública campesina em tempos de resistências: outras preposições

Na escola do Xúri, verificou-se um processo de luta e resistência para uma Educação do Campo em detrimento da implantação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que tenta implementar um currículo que desconsidera as demandas e as



necessidades dos diversos sujeitos, como forma de vislumbrar novas possibilidades sob um viés democrático e libertador.

> A libertação é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se" (FREIRE, 2005, p. 25)

Freire (2005) coloca como superação da contradição e do homem opressor, o parto de um novo homem, não mais atrelado aos ditames da opressão, mas libertando-se de toda e qualquer amarra que sugere o aprisionamento do homem.

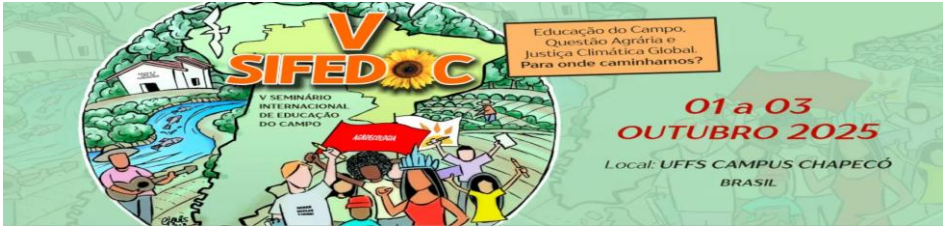
Giroux (1986) apresenta em seus argumentos fundamentais para estabelecer uma Teoria da Resistência, corroborando com o pensamento de Freire:

> [...] os oprimidos não são vistos como sendo simplesmente passivos diante da dominação. A noção de resistência indica a necessidade de se entender mais completamente as maneiras complexas pelas quais as pessoas medeiam e respondem à intersecção de suas próprias experiências de vida com as estruturas de dominação e coerção. As categorias centrais que emergem da problemática da resistência são a intencionalidade, a consciência, o significado do senso comum e a natureza e valor do comportamento não dircursivo [...] a resistência acrescenta nova profundidade teórica à noção proposta por Foucault (1977), de que o poder opera de forma a ser exercido sobre as pessoas e pelas pessoas, dentro de diferentes contextos que estruturam as relações interagentes de dominância e autonomia. (p. 146-147)

A escola do Xúri, seguindo a linha de pensamento de Freire (2005) e Giroux (1986), se constitui em um espaço de resistência a um modelo hegemônico e neoliberal, buscando o reconhecimento dos seus saberes, culturas e especificidades espaciais, temporais, políticas, sociais e econômicas e o respeito a uma Educação do Campo firmada em uma perspectiva libertadora para a docência e para o currículo em contraposição a modelos prontos, acabados e de caráter prescritivo.

Conclusão

A análise empreendida na escola do Xurí permite-nos afirmar que os desafios enfrentados pela Educação do Campo no município de Vila Velha/ES são reflexos de

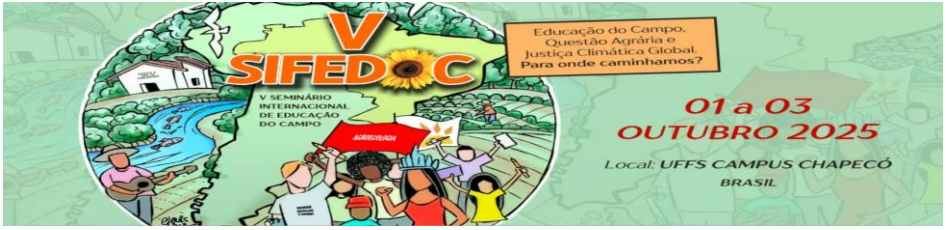


uma política educacional que historicamente desconsidera as especificidades dos territórios rurais e de seus sujeitos. Mesmo estando situada em território campesino, a escola não é reconhecida oficialmente como tal, tampouco dispõe de uma proposta pedagógica que valorize a cultura, os saberes e os modos de vida do campo. A análise do Projeto Político Pedagógico, das práticas docentes e das representações dos sujeitos revelou a prevalência de uma lógica urbano-centrada, desconectada da realidade local e dos princípios orientadores da Educação do Campo, como a valorização da territorialidade, da diversidade e da participação comunitária.

Nesse cenário, observou-se que a ausência de políticas públicas direcionadas e o não reconhecimento institucional da escola como parte do campo geram impactos concretos no cotidiano escolar, que se expressam na negação de identidades, no apagamento de memórias e na imposição de currículos descontextualizados. A adoção de uma matriz curricular alicerçada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sem diálogo com as especificidades territoriais, contribui para aprofundar a exclusão dos sujeitos do campo, desconsiderando sua historicidade, seus saberes e sua centralidade na construção de uma educação transformadora.

Entretanto, apesar do cenário adverso, a escola do Xurí também é lugar de resistência. A presença de sujeitos – professores, técnicos e membros da comunidade – que reconhecem o valor da Educação do Campo e atuam em defesa de uma proposta pedagógica contextualizada demonstra que, mesmo em contextos de apagamento institucional, há fissuras por onde emergem práticas contra-hegemônicas. Essas ações, ainda que pontuais, tensionam o modelo dominante e reivindicam uma escola comprometida com a emancipação, com a justiça social e com a valorização do campo como território de vida, cultura e luta.

Dessa forma, é imperativo que as políticas educacionais reconheçam o direito à Educação do Campo como um direito histórico e civilizatório, rompendo com as lógicas homogeneizadoras e excludentes do modelo neoliberal. A construção de um projeto educativo verdadeiramente comprometido com os sujeitos do campo exige o reconhecimento de suas vozes, territórios e culturas como fundamentos da ação pedagógica. A escola do Xurí, nesse sentido, representa não apenas um espaço de ensino, mas também de disputa simbólica e política, onde a luta por uma educação



enraizada no território e na vida concreta do campo permanece viva, pulsante e inegociável.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica**. Base Nacional Comum Curricular.** 3º versão revista. Brasília. 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção** in ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). Por uma Educação do Campo. Petrópolis. – RJ: Vozes, 2011.

FOERSTE, E.; SCHÜTZ- FOERSTE, G. M.; MERLER, A. **Memórias e imagens da formação do professor do campo no Brasil.** Visioni Latinoamericane, v. 11, p. 7-22, 2014

FOERSTE, E**. Parceria na formação de professores -** São Paulo: Cortez, 2005.

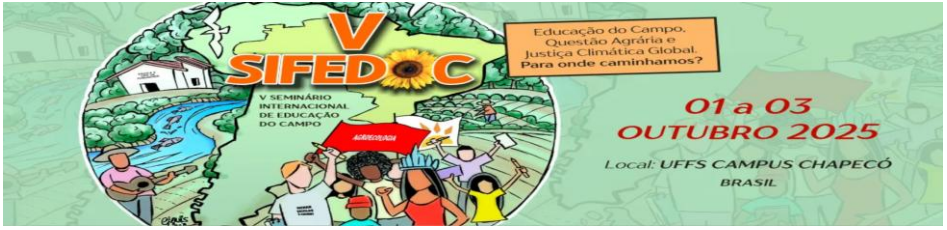
FORQUIN, J-C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre; Artes Médicas, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 43.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação: Para além das teorias de reprodução**. Petrópolis/RJ; Vozes, 1986.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados da população rural e urbana de vila velha.** Disponível em https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vila-velha. Acesso em 03 nov. 2017

LUDKE, Menga, ANDRE, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.



Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro 1996.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Xamã, 2000

SANTOS, Polyanna Alves Simmer dos. **Relatório sobre pesquisa da realidade para a elaboração do plano de estudo do tempo comunidade**. Licenciatura em Educação do Campo. UFES, 2015.

SÜSSEKIND, Maria Luíza. **As (im)possibilidades de uma base comum nacional.** In: Revista e-curriculum, v.12, n.03. p. 1512-1529. São Paulo: PUC/SP, 2014

VICENTINI, P. P. e LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009

VILA VELHA, Prefeitura Municipal. **Dados da área rural de vila velha segundo a PMVV.** 2017.

VILA VELHA, Prefeitura Municipal. **Lei orgânica municipal nº 4707/2008**. Dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas do município. Vila Velha – ES, 10 de setembro de 2008.